

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.380.555 - SP (2018/0267285-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : AGRICORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA
ADVOGADOS : FABIO MAIA DE FREITAS SOARES - SP208638
GRAZIELA APARECIDA BRAZ - SP344473
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANTÔNIO ALEXANDRE FERRASSINI E OUTRO(S) - SP112270

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por AGRICORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 50-51, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 25-26, e-STJ):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEMONSTRAÇÃO PELA PESSOA JURÍDICA COM OU SEM FINS LUCRATIVOS. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO.

1. Cuida-se, na origem, de ação declaratória de nulidade e revisão contratual com pedido de tutela antecipada cumulada com repetição de indébito, nos quais a Agravante, sem adentrar ao mérito destes, pleiteara pelo deferimento da justiça gratuita na tramitação em face da Requerente AGRICORTE, sendo certo que comprovara pelos documentos acostados à exordial sua gravíssima situação financeira a ensejar tal benesse.

2. A discussão acerca da concessão dos benefícios da justiça gratuita a pessoa jurídica tem sido reiteradamente submetida à apreciação do C. STJ que sedimentou seu entendimento, consolidado na Súmula nº 481, segundo o qual “Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica **com ou sem fins lucrativos** que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais” (negritei).

3. Como se percebe, para a concessão dos benefícios pretendidos à pessoa jurídica mostra-se imprescindível a demonstração da impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Precedentes.

4. No caso dos autos, entendo que os documentos apresentados pela agravante são insuficientes à comprovação da alegada miserabilidade a justificar a concessão do benefício pleiteado. Com efeito, a mera juntada do balanço financeiro do exercício 2015 (Num. 499986 – Pág. 1/2) não se mostra causa suficiente para a concessão do benefício ora requerido.

5. Não restou caracterizada na hipótese dos autos a impossibilidade de a agravante arcar com os encargos processuais, nos termos da Súmula nº 481 do C. STJ.

6. Agravo de instrumento não provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 33-40, e-STJ), a recorrente aponta violação do artigo 98 do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que apresentou documentação

suficiente para comprovar a inviabilidade financeira da empresa de recolher as custas processuais.

Sem contrarrazões (fl. 49, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 50-51, e-STJ), inadmitiu-se o recurso especial, ante a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que a pretensão recursal não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Cinge-se a controvérsia recursal a definir se estaria, ou não, comprovada a impossibilidade de arcar com as despesas processuais.

Na espécie, as instâncias ordinárias consignaram que a documentação acostada aos autos não demonstraria a necessidade de concessão da gratuidade de justiça (fls. 24-25, e-STJ):

No caso dos autos, entendo que o documentos apresentado pela agravante é insuficiente à comprovação da alegada miserabilidade a justificar a concessão do benefício pleiteado. Com efeito, a mera juntada do balanço financeiro do exercício 2015 (Num. 499986 – Pág. 1/2) não se mostra causa suficiente para a concessão do benefício.

Isto porque conforme aponta o balanço patrimonial, especificamente a um período - 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015 - o saldo inicial é de R\$ 2.547.226,82 e o saldo final é de 3.543.877,98, o que aponta um prejuízo de R\$ 996.651,16, no período analisado. Ademais, não acosta nenhum outro documento capaz de comprovar a ausência de lucro por longo período em atividade, bem assim, não há nos autos declarações de rendimentos apresentadas à Receita Federal a comprovar o alegado.

Eventuais prejuízos financeiros experimentados em determinado período são naturalmente decorrentes da atividade comercial, comum a todas as empresas, não justificando, sem exame minucioso e criterioso a concessão da gratuidade nos feitos judiciais.

Nestas condições, entendo que não restou caracterizada na hipótese dos autos a impossibilidade de a agravante arcar com os encargos processuais, nos termos da Súmula nº 481 do C. STJ.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ.

Nesse sentido, vejam-se os precedentes desta Corte:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. (...)

2. Nos termos da reiterada jurisprudência deste Tribunal, embora milite em favor do declarante a presunção acerca do estado de hipossuficiência, esta não é absoluta, não sendo defeso ao juiz a análise do conjunto fático-probatório que circunda as alegações da parte. Precedentes.

3. A concessão da gratuidade da justiça às pessoas jurídicas está condicionada à prova da hipossuficiência, conforme o preceito do enunciado Sumular n. 481 deste Superior Tribunal, in verbis: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

4. "Não socorre as empresas falidas a presunção de miserabilidade, devendo ser demonstrada a necessidade para concessão do benefício da justiça gratuita." (AgRg nos EDcl no Ag 1121694/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/11/2010, DJe 18/11/2010).

5. Na hipótese, a recorrente não comprovou a alegada impossibilidade financeira para arcar com custas e despesas processuais e tampouco há elementos objetivos que indiquem o estado de hipossuficiência. Incidência da Súmula 7 do STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1187010/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO. ÔNIBUS COLETIVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. REEXAME DE PROVAS. ÔNUS SUCUMBENCIAIS DECORRENTES DA LIDE SECUNDÁRIA. RESISTÊNCIA. RECONHECIMENTO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 54 E 83 DO STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Negativa de prestação jurisdicional não caracterizada, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

2. Consoante jurisprudência desta Corte, "o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 7/2/2017).

3. A revisão de matéria - afastamento dos ônus sucumbenciais diante da falta de oferecimento de resistência à lide secundária - que demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, não pode ser feita na via especial, diante do óbice da Súmula 7 deste Tribunal. (...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1214552/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

Nesses termos, não merece provimento o apelo em análise.

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

